



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça-se
Publique-se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

Não é fácil transmitir o sentimento de perda que pode provocar numa comunidade a informação de que a escola básica local poderá encerrar porque rácios meramente numéricos, determinados em distantes gabinetes, por meras razões economicistas, assim o determinam.

Rácios cegos que ignoram o sentir e a vontade dos interessados: pais, alunos, professores e autarquias a quem o Governo pretende responsabilizar pela resolução dos muitos problemas que este tipo de decisões desde logo acarreta. Como se alunos fossem meros números estatísticos, sem outro valor que a quantidade. Como se cada escola e cada comunidade não fossem uma realidade específica, diferenciada, a exigir reflexão, debate e procura de soluções de bom senso, construídas com a participação de todos os interessados, de modo a evitar decisões cegas cujas consequências poderão marcar negativamente a vida de toda uma comunidade.

Como se fosse indiferente e sem valor a proximidade à família e o meio onde passamos os primeiros anos da nossa experiência de vida. Como se não pesasse na vida dos alunos e no seu aproveitamento escolar o ter que percorrer dezenas de Km em autocarro, por vezes em viagens que se prolongam por hora e meia, três horas diárias, três horas acrescidas à actividade escolar, três horas de cansaço inútil, três horas de vida perdidas, três horas que só poderão contribuir para o aumento do insucesso e do abandono escolar. Três horas retiradas à família e de perda de identidade com a sua comunidade local.

Como se não constituísse um sério problema para as autarquias a organização e

o agravamento brutal do custo dos transportes escolares, sobretudo em concelhos que não dispõem de transportes públicos, com grande dispersão dos aglomerados habitacionais, distâncias significativas entre estes e rede de estradas com difíceis articulações, como sucede no concelho de Odemira, sobretudo no seu interior. Como se o encerramento de uma escola não significasse um enorme passo para acentuar ainda mais a desertificação crescente de localidades do interior, de localidades como S. Miguel, na freguesia de S. Teotónio, onde tive oportunidade de reunir com pais, ex-alunos e professores, no passado dia 12 de Julho.

Reunião marcada por frases como: “é o silêncio em S. Miguel”, “é a morte de S. Miguel”, “é o fim da nossa vida”, “a escola é parte da nossa vida”, “a relação entre a nossa escola e o resto da comunidade é uma constante, uma das nossas maiores riquezas”, “a escola é o ponto de encontro entre passado e futuro da nossa terra”, “toda a comunidade participa na vida da nossa escola e os alunos da nossa escola desenvolvem as mais diversas actividades junto da nossa comunidade”, “Somos como uma única família que o governo quer agora destroçar”, “querem desenraizar os nossos filhos levando-os da terra que os viu nascer”, “fazemos parte de um projecto inovador cujos resultados seria importante avaliar antes de tomar decisões que o põem claramente em causa”.

São frases que traduzem bem o sentimento profundo de uma comunidade já hoje vítima de isolamento, o drama dos cerca de 400 a 500 habitantes que teimam em contrariar a desertificação e preservar as raízes profundas que os liga à sua terra.

Frases de uma comunidade que tudo tem feito para preservar viva e presente a sua escola, que tem suprido a falta de auxiliares com voluntariado, que coopera e participa nas actividades escolares, que faz da escola a continuidade natural e próxima da sua vida familiar.

Não compreendem. Não podem compreender. Não aceitam. Não podem aceitar. A decisão arbitrária, administrativa, economicista, que pretende arrancar-lhes um direito fundamental, o direito à sua escola, à educação dos seus filhos no meio em que nasceram, condição essencial da sua identidade futura.

A reunião em S. Miguel foi a confirmação, o retrato ao vivo, do que na mesma manhã me havia sido transmitido pelo Senhor Director do Centro Escolar de Sabóia, outra freguesia do concelho de Odemira onde o drama se repete. Drama que a reunião com autarcas da CDU realizada nessa mesma noite reafirmaria repetir-se por todo o concelho.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, requeiro, através de V. Ex.^a, à Senhora Ministra da Educação, resposta às seguintes perguntas:

1. Considerou o Ministério da Educação todos os impactos negativos que

resultarão da aplicação cega e arbitrária da Resolução do Governo de encerrar todas as escolas de ensino básico com menos de 21 alunos como bem retrata o exemplo da comunidade de S. Miguel?

2. Tem o Governo consciência dos enormes impactos negativos que o encerramento de escolas básicas como a de S. Miguel acarreta para as respectivas comunidades?

3. Qual a avaliação de projectos pioneiros como o que decorre no concelho de Odemira, em espaço rural e em concreto em S. Miguel?

4. Tendo presente a aprovação pela Assembleia da República do Projecto de Resolução apresentado pelo GP do PCP, no sentido de suspender os efeitos da desacertada decisão do Governo, vai o Governo reconsiderar e suspender a decisão de encerrar as escolas básicas com menos de 21 alunos?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 15 de Julho de 2010

Deputado(a)s

José Soeiro(PCP)